

Um horizonte feminista: o hipercentro de Belo Horizonte sob os olhos das mulheres

Anna Clara Ferreira Mattos
Flavia de Paula Duque Brasil

Resumo:

O hipercentro de Belo Horizonte passou por diversas transformações em suas dinâmicas de ocupação ao longo da história, desde seu projeto original no fim do século XIX até períodos de esvaziamento no século XX. O momento atual é marcado por uma série de medidas do governo municipal para a recuperação deste espaço, ao mesmo tempo que é ocupado por grupos diversos que compõem a população de Belo Horizonte. As mulheres destacam-se ao se apropriarem do hipercentro de diversas formas, dentre as quais, nas atividades do comércio, nos atos do movimento feminista, na prostituição e na luta pelo direito à cidade - ocupando a cidade. Nesse sentido, o artigo teve como objetivo analisar os enquadramentos interpretativos compartilhados por movimentos sociais e organizações de mulheres vinculadas a tais atividades, confrontando-os com os *policy frames* incorporados pelo Programa de Requalificação “Centro de Todo Mundo” da Prefeitura de Belo Horizonte. Fundamentada na revisão da literatura sobre gênero, movimentos sociais e planejamento urbano, a metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas com lideranças e ativistas que atuam no local, além da análise documental no âmbito da prefeitura. Os resultados apontam para a invisibilidade e apagamento das mulheres no programa, principalmente as prostitutas e LBTs.

Resumo expandido

O espaço urbano é engendrado pelas relações sociais e nelas incide, de modo que sua análise não pode ser apartada das desigualdades persistentes nas sociedades contemporâneas, com seus marcadores locais e contextuais. No caso da desigualdade de gênero, não é diferente: na cidade se produzem e reproduzem formas de exclusão, violências e opressões, ainda mais graves no caso de mulheres negras, trans, lésbicas.

As políticas públicas podem ser influenciadas pelo movimento feminista, no sentido do combate à desigualdade de gênero, ou marcadas pelo olhar discriminatório - mesmo sob a pretensa neutralidade - do gestor público. O planejamento urbano segue essa lógica, na medida em que as cidades são pensadas para um suposto cidadão universal, em detrimento da diversidade e acidentalidade das relações que nele se desenvolvem. Assim, condenam-se as mulheres a viver em cidades planejadas pelo olhar masculino, não raramente insensível às diversas formas de experimentar o cotidiano atravessado por questões de gênero, raça e sexualidade.

Com a efervescência dos movimentos feministas a partir dos anos 1970 e o ingresso crescente de mulheres no campo do urbanismo, notam-se a resistência à pretensa neutralidade de gênero no planejamento urbano e lutas por uma abordagem feminista incorporando demandas das mulheridades que ocupam a cidade. Nesse sentido, os movimentos feministas subvertem a noção patriarcal de circunscrever as mulheres à esfera doméstica/privada, apropriando-se das ruas e da cidade de forma política.

Sob tal viés desenvolve-se o artigo, que se volta para as relações entre gênero e planejamento urbano no olhar dos movimentos e organizações de mulheres que se apropriam do hipercentro de Belo Horizonte. A escolha do recorte espacial justifica-se pela importância da área, contando com um programa de requalificação recente - o Programa Centro de Todo Mundo, de 2023 - e um histórico de intervenções nas últimas décadas. Ademais, como mostram Mattos *et al.* (2024) é um espaço histórico de mobilização política do movimento feminista e dos atos do Dia Internacional da Mulher, além de outras manifestações, bem como de apropriação por grupos diversos de mulheres, como a ocupação de espaços de convivência por mulheres lésbicas, bissexuais e trans (LBT+) e da Rua Guaicurus. O centro da cidade é lugar de múltiplas atividades e pluralidade de atores, evidenciando violências e exclusões marcadas pela discriminação de gênero e interseccionalidade com outras formas de opressão.

O trabalho tem por objetivo analisar os enquadramentos interpretativos compartilhados por tais movimentos e organizações de mulheres, confrontando-os com os *policy frames* incorporados pelo Programa “Centro de Todo Mundo”. A abordagem escolhida busca aproximar o olhar da pesquisa em administração pública à experiência das mulheres na cidade, ancorando-se em uma perspectiva epistemológica feminista, observando o impacto da localização social do sujeito e das relações de gênero sobre a produção científica. Alinha-se a um ponto de vista não-androcêntrico de produção de conhecimento, crítico à noção cartesiana de um sujeito neutro e descorporificado da pesquisa, reconhecendo que o racismo, o colonialismo e o sexismo não podem ser compreendidos de forma apartada, na medida em que foram as bases sobre que se constituiu a modernidade e a ciência moderna (KETZER, 202; TABUCHI; ROSSI, 2023).

Do ponto de vista teórico, apoia-se na literatura sobre movimentos sociais que se desenvolve a partir dos anos 1960, em diferentes linhagens com foco nas mobilizações coletivas e diferentes ênfases. Considera-se os movimentos sociais nos termos de Diani e Bison (2010) como redes informais de longo prazo formadas por atores que compartilham uma identidade coletiva, orientando-se ou não para um conflito com oponentes identificados e promovendo trocas entre indivíduos e organizações engajadas.

No contexto dos desenvolvimentos teóricos de estudo dos movimentos sociais, recorre-se ao conceito de enquadramentos interpretativos (*frames*) colocando em relevo a dimensão cultural e cognitiva da mobilização coletiva. O conceito foi inicialmente incorporado nessas abordagens por Gamson (1992), evidenciando o desenvolvimento de enquadramentos interpretativos alternativos àqueles defendidos pelas autoridades, impulsionando a contestação social (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). Benford e Snow (2000) contribuíram para o desenvolvimento da noção de *frame* neste campo de estudos,

definindo-o como elemento que permite a atribuição de significados compartilhados às situações enfrentadas por movimentos sociais, sendo fundamental para o engajamento.

Benford e Snow (2000) desdobram os enquadramentos interpretativos em três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional. A primeira diz respeito à apreensão de uma situação como problema, rotulando esta como injusta e definindo os responsáveis por ela. A dimensão do prognóstico, por sua vez, define linhas de ação e soluções para o problema identificado, um plano de enfrentamento. Já o enquadramento motivacional é o que permite o reconhecimento dos indivíduos na ação coletiva. Dessa forma, os *frames* permitem a compreensão de processos interpretativos e, em especial no caso do movimento feminista, possibilita a identificação do viés de gênero e suas distintas abordagens.

Definidas as bases do estudo, a metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas com representantes de movimentos sociais e organizações de da sociedade civil, além de levantamentos nas redes sociais e sites, tendo em vista a abordagem dos enquadramentos interpretativos compartilhados por estes grupos. Definiram-se cinco grupos de mulheres que se apropriam de diferentes formas do hipercentro: movimentos feministas; ocupações urbanas; movimentos de mulheres LBT+; comerciantes e artesãs; prostitutas. A análise considerou cinco categorias para a apreensão dos *frames* compartilhados: vozes (perfil do movimento/organização), diagnóstico, prognóstico, interseccionalidades e espaço. Dessa forma, foi possível compreender como as mulheres focalizadas constroem seus *frames* sobre sua experiência no hipercentro da cidade.

Essa análise foi cotejada com enquadramentos interpretativos incorporados pelo Programa Centro de Todo Mundo, subsidiada pela *Critical Frame Analysis* (VERLOO; LOMBARDO, 2007; DOMBOS et al., 2012; MARCONDES, 2019; GUARANHA, 2021). Aponta-se para uma apropriação do espaço urbano pelos movimentos e organizações de mulheres identificam a desigualdade de gênero atravessada por opressões interseccionais, de modo que os problemas e as linhas de ação propostas são diversas, mas convergem no reconhecimento do machismo, do racismo e formas de exclusão que marcam sua experiência no hipercentro. Essas formas de apropriação, contudo, são apagadas no planejamento, de modo que os problemas reconhecidos e as linhas de ação do programa estudado não incorporam os enquadramentos compartilhados pelas mulheres que colaboraram para a pesquisa.

Referências

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing processes and social movements: An Overview and Assessment. **Annual Reviews**, 2000.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, p. 219-250, 2010.

DOMBOS, Tamas *et al.* Critical Frame Analysis: A Comparative Methodology for the 'Quality in Gender+ Equality Policies' (QUING) project. **Center for Policy Studies Working Papers**, 2012. Disponível em: <<https://cps.ceu.edu/publications/working-papers/critical-frame-analysis-quiring>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge/Nova York/Melbourne: Cambridge University Press, 1992.

GUARANHA, Olívia Landi Corrales. **Disputas legislativas e escolhas políticas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres**: um estudo sobre a formulação de políticas públicas pela Câmara dos Deputados. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - EAESP, FGV. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/01fd6cae-85b8-4601-bf7c-dff5adb444b0>>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

KETZER, Partícia. Epistemologia Feminista. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 1 - 27. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/epistemologia-feminista/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **Transversalidade de gênero em políticas de cuidado**: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - EAESP, FGV. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/f36626e5-977c-45fe-bf44-33cb518153d9>>. Acesso em: 04 nov. 2024

MATTOS, Anna Clara Ferreira; BRASIL, Flávia de Paula Duque; DIAS, Maria Aline; CARNEIRO, Ricardo. 8 de março: da luta internacional das mulheres às ruas de Belo Horizonte. **Anais do XLVIII Encontro da ANPAD**, 2024.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143–164, mar. 2017.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. Construindo uma epistemologia feminista decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, p. e86106, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/MN9FqyQ3TZ4qbSNvfDgxnVm/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

VERLOO, Mieke; LOMBARDO, Emanuela. Contested Gender Equality and Policy Variety in Europe: Introducing a Critical Frame Analysis Approach. *In*: VERLOO, Mieke (Ed.). **Multiple Meanings of Gender Equality: A Critical Frame Analysis of Gender Policies in Europe**. Central European University Press, 2007.